

PARECER  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTICA

**PROJETO DE LEI Nº 142/2023  
MENSAGEM DE LEI Nº 462/2023**

De autoria do Poder Executivo Municipal, o projeto em epígrafe “**Concede reposição salarial para servidores públicos efetivos do Executivo Municipal referente ao exercício de 2022 e dá outras providências**”

**I - RELATÓRIO**

O Poder Executivo propõe reposição salarial para servidores públicos efetivos do Executivo Municipal referente ao exercício de 2022.

**II - ANÁLISE**

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a **Comissão Constituição e Justiça**, não recebendo substitutivo.

No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

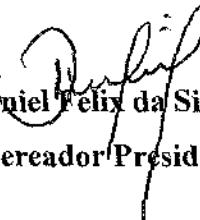
**III - VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o **Projeto de Lei Nº 142/2023**, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto pela sua **aprovação**.

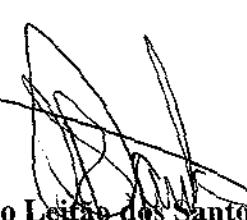
**IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO**

A **Comissão de Constituição e Justiça** em Reunião realizada no dia **25 de setembro de 2023**, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei Nº 142/2023**.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores,

  
Daniel Felix da Silva  
Vereador Presidente

  
Adriano de Almeida Lima  
Vereador Relator

  
Renato Leitão dos Santos  
Vereador Membro

**PARECER**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**PROJETO DE LEI N° 142/2023**  
**MENSAGEM DE LEI N° 462/2023**

De autoria do Poder Executivo Municipal, o projeto em epígrafe “**Concede reposição salarial para servidores públicos efetivos do Executivo Municipal referente ao exercício de 2022 e dá outras providências**”

**I - RELATÓRIO**

O Poder Executivo propõe reposição salarial para servidores públicos efetivos do Executivo Municipal referente ao exercício de 2022.

**II – ANÁLISE**

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a **Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização**, não recebendo substitutivo.

No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

**III – VOTO DO RELATOR**

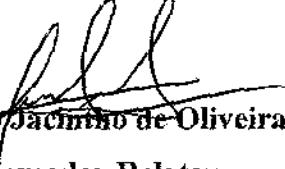
Em face do exposto, o **Projeto de Lei N° 142/2023**, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto pela sua **aprovação**.

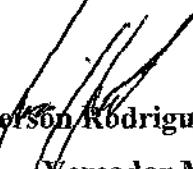
**IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO**

A **Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização** em Reunião realizada no dia **25 de setembro de 2023**, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei N° 142/2023**.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores,

  
Marcelo Ferreira Barros  
Vereador Presidente

  
Valdomiro Jachimino de Oliveira  
Vereador Relator

  
Gerson Rodrigues de Oliveira  
Vereador Membro